

**O RS já quebrou e os gaúchos enfrentam as consequências**

**O que o Brasil ganha com os acordos comerciais em negociação?**

**Comparativo entre as velocidades de retomada econômica pós-recessões**

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

**UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS**

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## O RS já quebrou e os gaúchos enfrentam as consequências

A reformulação precisa ser profunda e não pode ser relegada apenas ao executivo, os demais poderes também precisam fazer parte do monumental esforço necessário para recuperar o Estado.

Entre os diversos questionamentos que os gaúchos se fazem quando analisam a situação econômica do Rio Grande do Sul, principalmente as suas finanças, consiste em: quando o RS vai quebrar? Quando o Estado vai parar? Diferentemente de empresas, os estados e países quando quebram não fecham as portas, mas se tornam incapazes de prover, minimamente, serviços essenciais à população. Nesse sentido, e em muitos outros aspectos, o RS já quebrou!

O déficit orçamentário deve chegar a R\$ 6,9 bilhões em 2018. O dispêndio do Governo Estadual com previdência seguirá crescendo nos próximos anos, após déficit atingir R\$ 10,6 bilhões em 2017, e para 2018 deve chegar a R\$ 11 bilhões. Assim, os gastos com pessoal e dívida consolidada líquida representam 76,1% e 212,2% da receita corrente líquida, respectivamente. As mazelas dos indicadores fiscais já são relativamente bem conhecidas, mas os impactos sociais são os mais importantes.

Por exemplo, na qualidade da educação nas séries iniciais, conforme apontam os dados do IDEB, o RS passou da 6ª posição em 2005 para 10ª em 2015. Nos anos finais, caiu da 7ª para a 13ª no mesmo período, e no Ensino médio a queda foi de 3ª para 15ª. Na saúde, estamos na 16ª posição em gasto total *per capita*, e em 20ª em recursos aplicados na área. Além disso, entre 2007 e 2018, houve queda de 6,5% nos leitos dos SUS, no mesmo período a população cresceu 4,7%. Por sua vez, na segurança, o RS ocupa apenas a 25ª posição entre os estados para o total de despesas alocadas (7,1%) e a 18ª colocação para a despesa *per capita* (R\$ 295,58). Uma das consequências disso foi a alta de 40,5% na taxa de incidência de homicídios do RS entre 2005 e 2015. Esses números não tratam o principal, que é a eficiência do gasto e a qualidade na prestação dos serviços. Estamos falando apenas em despesa, que é uma maneira pouco acurada para avaliar se o serviço está sendo bem o mal prestado.

A consequência dessa situação para a indústria é muito desastrosa. A falta de investimentos em infraestrutura, a diminuição no nível de escolaridade, o aumento na insegurança e a maior carga tributária são elementos que afetam diretamente o setor. Conforme mostram os dados da última Pesquisa Industrial Anual, a indústria gaúcha perde espaço no cenário nacional. E, apesar disso, tem a maior carga de ICMS em comparação ao PIB. A relação ICMS/PIB da indústria no RS foi de 16,8% em 2015, o segundo e terceiro lugares foram SP e MG com 15,4% e depois PR com 14,3% e SC com 10,7%. Veja que os dados disponíveis são anteriores ao aumento das alíquotas em 2016.

Os últimos Governadores buscaram alternativas para contornar a crise através do aumento da dívida ou da

expansão da carga tributária. Todavia, o espaço para solucionar o quadro fiscal do Estado, sem uma profunda reorientação na sua estrutura, é cada vez mais exíguo.

Um tópico que frequentemente surge nesse debate refere-se às chamadas compensações da Lei Kandir. O Governo do Estado estima um incremento de receitas oriundas desses ressarcimentos da ordem de R\$ 29,2 bilhões entre 2018 e 2024. Porém, achamos muito pouco provável que a União, que também enfrenta uma grave crise financeira, realize tamanha transferência de recursos nos próximos anos. Não só o Rio Grande do Sul, mas todas as Unidades da Federação estão reclamando o recebimento desses valores. São Paulo, por exemplo, estima perdas de R\$ 47 bilhões, enquanto para Minas Gerais e Rio de Janeiro os montantes alcançam R\$ 135 bilhões e R\$ 60 bilhões, respectivamente. Acreditamos ser pouco prudente que os próximos governadores contem com esses haveres em sua integralidade nos próximos anos.

Precisamos ter claro que a crise decorre do brutal aumento nas despesas. Sem o efetivo controle dos gastos, o mero ganho de receitas extras será incapaz de resolver o problema. Historicamente, a arrecadação (+2,9% a.a. entre 2008 e 2016) cresceu acima do PIB do Estado (+1,0% a.a.): o problema é que os dispêndios cresceram ainda mais (+4,1% a.a.).

As soluções extrapolam o que está estabelecido em nossa Constituição Estadual. Por exemplo, o fim da necessidade de plebiscito para a venda de empresas estatais, e do estabelecimento de que os salários funcionalismo sejam reajustados anualmente para manter o poder de compra. A Reforma da Previdência, em âmbito Federal, é outra medida urgente para atenuar a situação do RS.

Se o Estado fosse uma empresa, o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados (RRFE) seria o equivalente a Recuperação Judicial (RJ). Como sabemos, a RJ não salva empresas, ela apenas concede tempo para que a empresa salve a si mesma. O RRFE traz um fôlego de caixa para que os estados se reestruem. Mesmo aderindo ao RRFE, realizando as privatizações previstas, mantendo as alíquotas de ICMS majoradas e não concedendo aumentos reais de salários para os servidores teríamos um período de breve superávit orçamentário entre 2019 e 2024, mas os déficits voltariam a ocorrer em 2025.

Apenas colocar mais recursos num Estado que quase só gerou déficits nos últimos 50 anos é desperdiçar o dinheiro do contribuinte. A reformulação precisa ser profunda e não pode ser relegada apenas ao executivo, os demais poderes também precisam fazer parte desse monumental esforço.

## O que o Brasil ganha com os acordos comerciais em negociação?

O MERCOSUL está em processo de negociação de acordos comerciais com mercados consumidores relevantes. Alguns estão em estágio mais avançado, como é o caso do acordo de livre-comércio com a União Europeia, e outros estão em tratativas iniciais, como os com o Canadá, o Japão e o EFTA (composta por Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia).

Já a aproximação com a Aliança do Pacífico – Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru –, segundo o Itamaraty, servirá para reforçar as alianças já existentes entre os blocos, ou seja, não envolve livre-comércio. No caso da Coreia do Sul e Singapura, as discussões abrangem apenas preferências tarifárias.

Quais seriam os potenciais ganhos para o Brasil a partir do estabelecimento desses acordos? As estatísticas referentes à tarifa média de importação praticada por cada um deles em 2016, disponíveis na base de dados da OMC, ajudam a nos dar uma pista.

De acordo com a tabela ao lado, as alíquotas são maiores para os produtos não-agrícolas ante os manufaturados em quase todos os casos. Ou seja, as *commodities* exportadas pelo Brasil deverão ser relativamente mais beneficiadas, ainda que não ocorra a abertura plena desses países a esse tipo de mercadoria.

No caso da União Europeia, por exemplo, apesar de a tarifa média de importação ser pequena para produtos industriais (4,2%), algumas categorias do setor secundário deverão ser mais beneficiadas do que outras.

As alíquotas para Bebidas e Tabaco alcançam 19,6%, enquanto sobre Têxteis e Vestuário e acessórios são de 6,5% e 11,4%, respectivamente.

No entanto, o maior benefício do firmamento dos acordos para o Brasil diz respeito ao choque positivo sobre a produtividade. Temos hoje uma das mais altas tarifas médias de importação de todo o planeta: 14,1%. Portanto, se incorporarmos tecnologia vinda do exterior – fundamental para aumentar a competitividade – com menos custos e burocracia, os fundamentos de nossa economia se fortalecerão, o que elevará o potencial de crescimento.

**Tarifa média de Importação – 2016**  
(Em %)

	Produtos Agrícolas	Produtos Industriais
Coreia do Sul	56,9	6,8
Chile	6,0	6,0
México	14,6	5,7
Colômbia	13,7	5,5
Costa Rica	11,6	4,6
União Europeia	11,1	4,2
Japão	13,1	2,5
Peru	2,8	2,4
Canadá	15,6	2,2
Suíça	34,2	1,7
Islândia	24,4	1,4
Noruega	39,9	0,5
Singapura	0,1	0,0
<b>Brasil</b>	<b>10,0</b>	<b>14,1</b>

Fonte: OMC.

## Comparativo entre as velocidades de retomada econômica pós-recessões

O Banco Central, no seu Relatório Trimestral de Inflação mais recente, publicou uma análise sobre o ritmo da retomada de algumas das variáveis econômicas mais importantes para o Brasil em períodos pós-recessão dos últimos 20 anos. Para tanto, comparou a evolução desses indicadores nos cinco trimestres após o início da retomada em cada ciclo.

Os intervalos avaliados são: 1º trim. de 1999, após a crise cambial no Brasil que provocou a substituição do regime de câmbio fixo pelo flutuante; 4º trim. de 2001, depois do “apagão” no Brasil, dos atentados terroristas de 11 de Setembro e da recessão nos Estados Unidos; 2º trim. de 2003, após o “Efeito Lula”, causado pelo temor dos mercados em relação à eleição de Lula para a Presidência; 1º trim. de 2009, depois do agravamento da crise financeira internacional; e 4º trim. de 2016, na esteira da crise da Nova Matriz Econômica e do *impeachment* da ex-Presidente Dilma.

Com relação ao consumo das famílias, as trajetórias de recuperação mostram perfis semelhantes. A exceção ficou por conta de 2009, cujas medidas adotadas pelo governo para estimular a atividade nesse período foram essencialmente direcionadas a tal grupo. A expansão dessa variável no atual ciclo alcançou 3,1% até o primeiro trimestre de 2018, constando no intervalo dos

outros episódios analisados (+2,0% e +5,2%).

Pelo lado do emprego, a evolução atual tem sido a mais lenta entre todas: houve crescimento de apenas 1,9% da população ocupada, situando-se abaixo do conjunto entre +3,9% e +7,7% das demais. Trata-se de algo preocupante, que evidencia o enrijecimento do mercado de trabalho ao longo dos últimos anos.

Por sua vez, o avanço dos investimentos (+4,4%) no ciclo mais recente está em linha com 1999 e 2001 (+3,3% e +3,9%, respectivamente). Porém, é bem inferior aos restantes: +13,3% em 2003 e +30,7% em 2009. Parte da explicação desse fenômeno está na baixa utilização da capacidade instalada da Indústria, cujo valor atual, passados cinco trimestres do fim da recessão, é muito menor do que 2001, 2003 e 2009. Já o setor externo tem dado pequena contribuição ao PIB no período recente: o valor é inferior a 1999 e 2001, e próximo ao de 2003. Em 2009, a influência foi nula, uma vez que a recessão mundial provocou forte recuo tanto das exportações quanto das importações.

Por fim, o chamado “PIB privado”, composto por consumo das famílias, setor externo e investimentos privados está próximo a 1999 e 2001, mas inferior a 2003 e 2009. Logo, diante da intensidade da última crise, urge reformas para acelerar o crescimento.